

JUVENTUDE E TRABALHO: CONTRIBUIÇÃO PARA O DIÁLOGO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Laura Lobato*
Valéria Viana Labrea**

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre a relação da juventude brasileira com o mundo do trabalho, sobretudo no que diz respeito a aspectos relacionados à desigualdade social, e como as políticas públicas de juventude podem contribuir para a inclusão e a ampliação de direitos dos jovens. Para traçar este cenário, os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), oferecem pistas importantes para se compreender o atual ciclo de políticas sociais em curso no Brasil.

Na contemporaneidade, diferentes fatores contribuíram para o reconhecimento dos jovens como sujeitos com direitos que demandam políticas públicas específicas, e uma delas foi a superação de um certo imaginário sobre a juventude e suas necessidades. Até então, as imagens sobre os jovens focavam o entendimento da juventude como uma *fase transitória*, um *devoir* ou *vir a ser*, ou como um *problema*, associado aos altos índices de violência, consumo de drogas, gravidez precoce e doença sexualmente transmissível (DST) ou, ainda, como uma fase *idealizada*, romantizada, ligada ao prazer, à liberdade e a comportamentos exóticos (Dayrell e Gomes, 2005). Essas imagens, todas parciais, não permitem a elaboração de políticas públicas que considerem os interesses imediatos e as necessidades reais dos jovens.

O atual entendimento, que direciona o desenvolvimento das políticas públicas, mostra que, mais do que uma fase da vida, a juventude é um processo no qual há concorrência de um conjunto de elementos que garantem a autonomia material e afetiva dos sujeitos (Knauth *et al.*, 2006). Esses elementos dizem respeito à escolarização, à profissionalização, aos relacionamentos afetivo-sexuais, à conjugalidade, à reprodução e à participação social. Para realizar a transição à vida adulta, é necessário que os sujeitos combinem este conjunto de elementos aos recursos materiais e sociais disponíveis.

As condições em que são vividos esses eventos de transição e a qualidade dos recursos disponíveis definem, em grande medida, o tipo da inclusão social que o jovem poderá obter. Pode-se dizer que a juventude se dá por tempos e modos distintos, na medida em que essa

* Mestre em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), vinculada ao Núcleo de Pesquisas e Documentação do Participatório/Observatório Participativo da Juventude, Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR).

** Educadora, mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), vinculada ao Núcleo de Pesquisas e Documentação do Participatório/Observatório Participativo da Juventude, SNJ/SG-PR.

transição pode ser mais curta ou mais prolongada, dada a conformação social e econômica na qual o jovem está inserido. A pobreza implica a privação não apenas dos recursos para subsistência mas também, e sobretudo, a limitação da autonomia para a tomada de decisão sobre os recursos materiais e sociais disponíveis para sua inserção na vida adulta.

A garantia e a ampliação dos direitos civis, políticos e sociais dos jovens são, portanto, as prioridades das ações das políticas públicas no país. À medida que se observa que uma parcela significativa da população jovem se vê privada de um ou mais direitos, é necessário compreender as condições de vida desta população e estabelecer ações de atuação imediata, com medidas diretas; e as de médio e longo prazo, devem ser implementadas para que se vá além de ações emergenciais e se garanta o acesso a estes direitos de modo permanente e estruturado.

Os últimos vinte anos foram de grandes mudanças no cenário brasileiro, pelas reverberações do processo de redemocratização e pela priorização do combate à pobreza pelo governo brasileiro. A juventude, assim como a população brasileira, tem se beneficiado dessas mudanças, mas ainda há um conjunto de direitos que a ela são negados ou que são acessados de forma precária e insuficiente para a vivência plena de sua cidadania.

A pobreza e a exclusão social dela decorrente são as principais razões pelas quais a juventude brasileira não vive plenamente sua cidadania, e um desses fatores é a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho. Na tabela 1, pode-se observar que a inserção no mercado de trabalho está fortemente marcada pelas características sociais estruturantes da desigualdade em nosso país, sejam elas o sexo, a idade, a cor e o território.

TABELA 1
Jovens brasileiros: por situação laboral, segundo sexo, idade, cor e situação de domicílio

	Total	Homem	Mulher	15-17	18-24	25-29	Branco	Negro	Urbano	Rural
Trabalha										
Sim	53,5	62,0	45,1	29,9	60,7	69,8	58,0	50,0	55,7	41,5
Não	46,5	38,0	54,9	70,1	39,3	30,2	42,0	50,0	44,3	58,5

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010.

Elaboração das autoras.

Os homens têm maior acesso ao trabalho do que mulheres e quanto mais velho for o indivíduo, maior a chance de conseguir emprego. Jovens brancos e de zona urbana têm maior acesso a emprego do que negros ou aqueles que vivem em zonas rurais.

Esses dados mostram que há forte desigualdade e exclusão social. Isso muitas vezes determina a trajetória de vida desses jovens, que, sem intervenção do Estado, tendem a permanecer nessas condições em que não têm ou é precarizado o acesso à justiça, à plena participação no sistema político e, ainda, à educação de qualidade, ao trabalho digno, ao salário justo, à saúde, ao lazer, entre outros direitos.

A juventude atualmente representa 26,9% da população brasileira, a maior proporção na curva demográfica, mas este cenário não irá se manter dado o declínio da fecundidade. Este segmento da população é predominantemente urbano (84,7%) e distribuído, quase sempre, entre negros e brancos (53,7% e 44,7%, respectivamente).

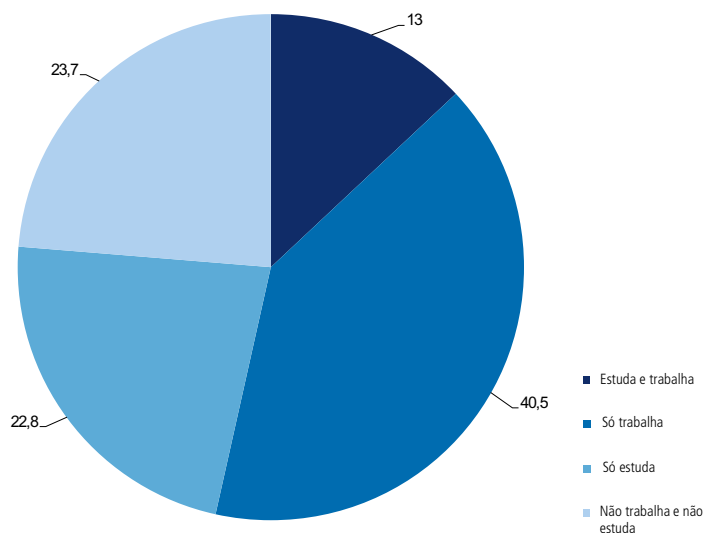
Os jovens são, em sua maioria solteiros (83,9%), pois, atualmente, há mais relações sexuais pré-nupciais, maior acesso a métodos contraceptivos e, com isso, a tendência é se casarem ou terem relações estáveis mais tarde.

A ampliação da rede de ensino básico reflete 97,2% de jovens alfabetizados, muito embora apenas 35,8% do total estejam estudando atualmente. De 2000 a 2010, houve ampliação de jovens inseridos no mercado de trabalho, em um total de 53,5% contra apenas 44,8% na década anterior.

Esse dado aponta que a educação está diretamente ligada ao acesso ao mercado de trabalho, mas conjugar estudo e trabalho é difícil para os jovens, especialmente aqueles de famílias de baixa renda, porque a conclusão do ensino médio não implica bons empregos. A grande maioria dos jovens se insere no mercado de trabalho de maneira precária, e, uma vez trabalhando, o grau de investimento nos estudos declina, tornando difícil um emprego melhor, de modo que tal situação gera um ciclo de insegurança e instabilidade que os acompanha na vida adulta. Por este motivo é tão importante políticas públicas que favoreçam a continuidade dos estudos, a permanência na escola e o ingresso no ensino superior, gerando possibilidades de trabalho regular, a fim de que os jovens possam ganhar experiência e romper com esse ciclo de exclusão.

Esse é um grande desafio. Pode-se observar no gráfico 1, que a grande maioria dos jovens (40,5%) só trabalha, 23,7% não estuda nem trabalha, e 13% estuda e trabalha. Poucos jovens conseguem se manter só estudando (22%), e esse dado reforça o argumento em favor da necessidade de investimento por parte do Estado em políticas com foco na permanência do jovem na escola, no acesso à universidade e em estratégias para inserção com qualidade e segurança no mercado de trabalho.

GRÁFICO 1
Posição de ocupação dos jovens segundo situação de estudos



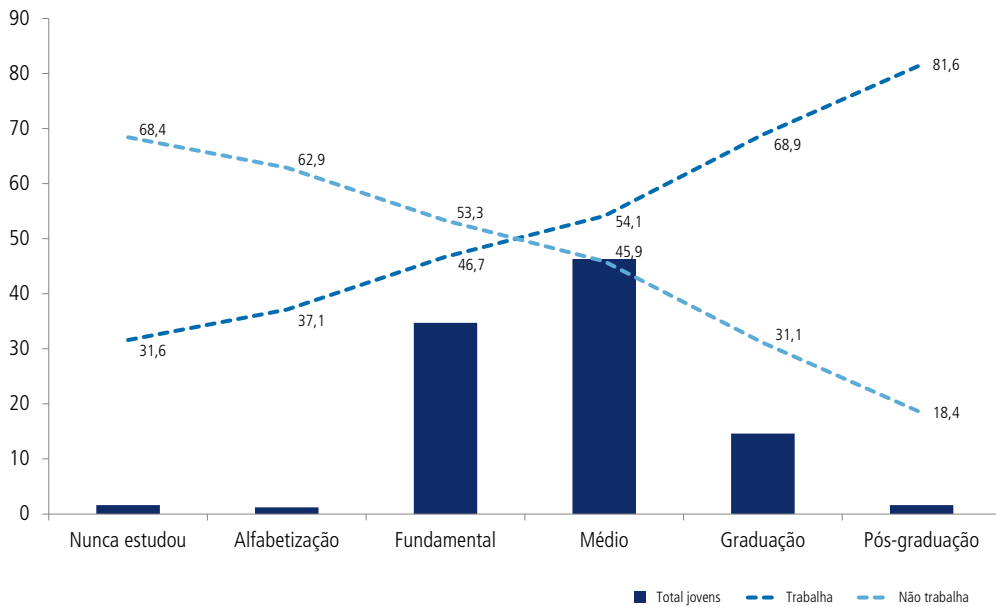
Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE. Elaboração das autoras.

Outro fator que demonstra a necessidade de políticas focadas em educação e trabalho é a concentração dos jovens nos níveis de escolaridade fundamental e médio (34,7% e 46,3%, respectivamente). Entre os jovens que têm o ensino fundamental ou médio, a chance de estar trabalhando é quase de 50% para ambos os casos.¹ Ou seja, as chances de inserção no mercado de trabalho só aumentam com o ingresso no ensino superior, como se pode observar no gráfico 2.

1. Pode-se argumentar que esta informação está contaminada pela idade do jovem; contudo, a juventude brasileira, hoje, está proporcionalmente distribuída entre as três faixas de idade quinquenais, 15-19, 20-24 e 25-29, cada uma com 33,3%.

GRÁFICO 2

Situação da ocupação dos jovens segundo escolaridade

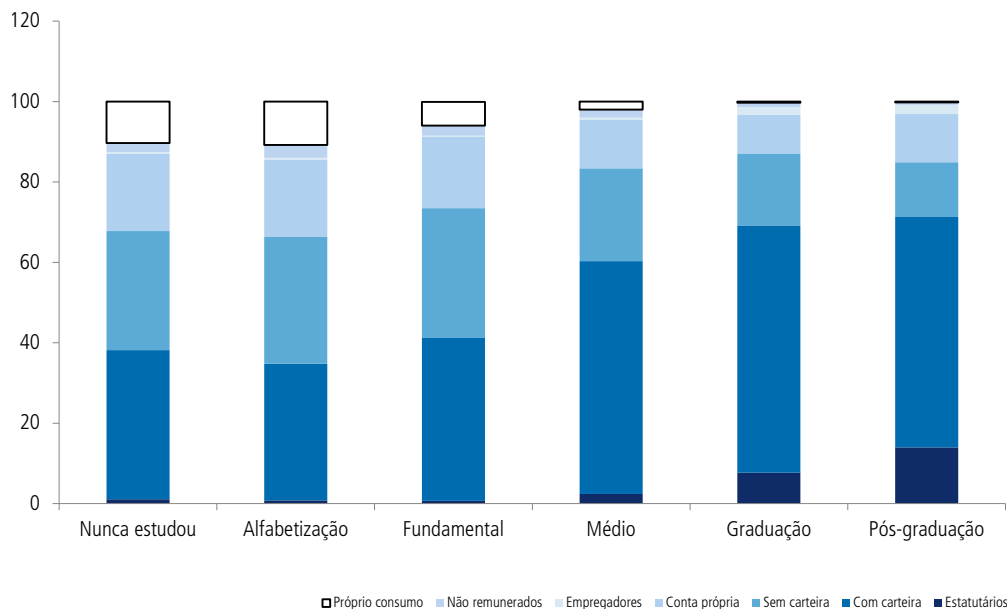


Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE. Elaboração das autoras.

Ao considerar que 53,5% dos jovens trabalham e, destes, apenas 52,7% têm carteira assinada, o gráfico 3 mostra que aqueles com carteira assinada estão bem distribuídos nos níveis de escolaridade, aumentando proporcionalmente entre os que seguem os estudos a partir do ensino médio.

GRÁFICO 3

Posição da ocupação dos jovens segundo escolaridade



Fonte: Censo Demográfico 2010/IBGE. Elaboração das autoras.

Destaca-se que o trabalho para o próprio consumo é restrito àqueles sem escolaridade ou que tenham cursado somente o ensino fundamental. Os programas de fortalecimento à agricultura familiar têm atuado significativamente na garantia de subsistência daqueles que residem no campo e que são também os que têm maior dificuldade em permanecer estudando.

Pelo cenário exposto, pode-se afirmar que programas sociais de governo que atuam junto às famílias são fundamentais no combate à pobreza, uma vez que oferecem ao grupo familiar condições de reestruturação, ao garantir a subsistência dos membros da família. De modo geral, tanto jovens quanto adultos precisam de políticas públicas que proporcionem melhores condições de vida, retorno aos estudos, formação profissional e, conseqüentemente, reinserção ou inserção mais qualificada no mercado de trabalho.

Entende-se que acesso à educação de qualidade e à inserção no mercado de trabalho segura e qualificada são os principais mecanismos de promoção da inclusão social, da autonomia dos sujeitos e de uma socialização para a vida adulta. Diferentes alternativas precisam ser elaboradas e oferecidas para que o processo de formação esteja devidamente associado a condições seguras e qualificadas de inserção no mercado de trabalho.

Políticas públicas que favoreçam a incorporação do aprendizado profissional ainda no ensino básico, de modo que o término do ensino médio implique chances reais de emprego, devem ser priorizadas. Ofertas seguras de trabalho protegido, como tem indicado a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD, 2012) –, são maneiras de oferecer experiência profissional, elemento fundamental não só para garantia de trabalho mas para a construção de uma carreira profissional, na medida em que o aprendizado de um ofício estimula a formação profissional focada em determinadas ocupações.

Os programas de estágio e aprendizado profissional devem estar acompanhados de monitoramento e avaliação realizados pela coordenação pedagógica para que as empresas e os jovens possam estabelecer uma relação transparente em relação ao papel e às responsabilidades de cada um neste tipo de contrato. Dessa forma, também são ampliadas as possibilidades de escolha do tipo de trabalho que o jovem deseja exercer, diminuindo as chances de abandono da ocupação por insatisfação.

A oferta de cursos profissionalizantes deve estar acompanhada de mapeamento das ocupações territoriais, otimizando assim o interesse e a empregabilidade dos jovens nas atividades. O estímulo indiferenciado por homens e mulheres é fator decisivo na redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Essas priorizações visam ao desenvolvimento integral do jovem, ao assegurar condições de qualidade de vida e acesso aos direitos humanos e à cidadania plena. Elas demandam um esforço intersetorial, ao envolver diferentes secretarias e ministérios do governo federal e articulações e pactuações com o mercado.

Para enfrentar as dificuldades de acesso e permanência no sistema escolar, a violência e as barreiras para a inserção produtiva e social dos jovens, o Estado brasileiro vem adotando medidas e desenvolvendo programas e ações para além da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), envolvendo os Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), do Meio Ambiente (MME), da Cultura (MinC), do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), dos Esportes, para citar alguns. Segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), são 16 programas e 26 objetivos, que possuem ao todo 83 metas direcionadas à juventude.² Destaca-se o papel da SNJ como articuladora da Política Nacional de Juventude para sensibilizar os

2. Ver, <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/Orientacoes_para_Elaboracao_do_PPA_2012-2015.pdf>. Para conhecer a descrição e análise destes programas, sugere-se a leitura de Brasil:2011i, referido na bibliografia ao final deste documento.

demais órgãos para as pautas juvenis e promover a compreensão das questões que envolvem a condição, a vivência e a promoção da cidadania ativa da juventude (Brasil, 2011, p. 102). Acredita-se que, ao conciliar processos educativos de cunho emancipatório com formação técnico-profissional, a aprendizagem se tornará uma alternativa e uma oportunidade para os jovens se inserirem de forma mais qualificada no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2012-2015**: projeto de lei. Brasília: MPOG, 2011.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

KNAUTH, Daniela *et al.* As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação. *In*: HEILBORN, Maria Luiza *et al.* (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. The challenge of promoting youth employment in the G20 countries. **Report**, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 5-6, maio/dez. 1997.

_____. Espaços de juventude. *In*: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas juventude em pauta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 219-228.

BOTELHO. Rosana Ulhôa. **Políticas públicas de juventude no Brasil; evolução do marco institucional-legal no âmbito federal (2005-2013)**. Integra o Projeto Juventude e Políticas Sociais, desenvolvido no âmbito da Disoc/Ipea, Brasília, 2013 (Pesquisa em andamento).

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR). Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Políticas públicas de juventude**. Brasília: Imprensa Nacional, 2013.

CONJUVE – CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE *et al.* (Org.). **Política nacional de juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20JUVENTUDE%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2013.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; PÓLIS. **Juventude brasileira e democracia**: participação, esferas e políticas públicas. São Paulo: Grafitto, 2005 (Relatório final).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA *et al.* (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar. Juventude e políticas públicas no Brasil. *In*: LEON, Oscar Dávila (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina**: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.